



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

26  
L

153

**Embargos de Declaração: nº 185082-8/02**

Embargante: Fundação Atlântico de Seguridade Social

Embargada: Norma Maria Chivers

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO LEGAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIAS JÁ TRATADAS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração possuem pressupostos específicos relacionados no art. 535 do CPC, sendo inviáveis quando inexistente qualquer dos vícios ali previstos, capazes de macular a decisão proferida.
2. Reexame da matéria decidida com a mera intenção de propiciar efeitos infringentes ao julgado é incompatível com a função integrativa do recurso.
3. A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ.
4. Embargos Rejeitados.

R  
5459

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 185082-8/02, em que figura como embargante a Fundação Atlântico de Seguridade Social e, como embargada, Norma Maria Chivers, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em **REJEITAR** os embargos de declaração, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 11/12/03

*de E Sertório*

**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

27  
L

154

**Embargos de Declaração: nº 185082-8/02**

Embargante: Fundação Atlântico de Seguridade Social

Embargada: Norma Maria Chivers

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**RELATÓRIO**

Cuido de Embargos de Declaração (fls. 02/16) opostos pela **Fundação Atlântico de Seguridade Social**, contra acórdão (fl. 33) que negou provimento ao seu recurso de agravo, nos autos do Agravo de Instrumento, por ela ajuizado, em face de **Norma Maria Chivers**.

Em suas razões recursais, a embargante defende: **a)** erro material no acórdão recorrido, haja vista o custeio do Plano Telemarprev ser feito pela Companhia Telefônica de Pernambuco - CTP, sucedida pela Tele Norte Leste Participações S/A, e não pela Entidade Fechada de Previdência Complementar, administradora do plano, ora embargante; **b)** omissão na decisão rechaçada, no que tange à irretroatividade do Código de defesa do Consumidor.

Em sequência: **c)** alega omissão no acórdão embargado, pois este não se pronunciou expressamente sobre o inciso XXXVI, do art. 5º e inciso XXVI, do art. 7º, da CF/88, o art. 4º, inciso I, alínea "a", e §1º, da Lei nº 6.435/77, art. 31, §1º, da Lei Complementar nº 109/01, bem como sobre o Regulamento da Fundação Atlântico.

Ao final, requer sejam elididas as omissões supra e apreciados os artigos citados, para fins de prequestionamento.

É o relatório.

Recife,

16/12/07  
Des. Eduardo Sertório

**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

28  
L

155

**Embargos de Declaração: nº 185082-8/02**

Embargante: Fundação Atlântico de Seguridade Social

Embargada: Norma Maria Chivers

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**VOTO**

Como é cediço, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição e/ou omissão. Ou seja, será omissa a parte do acórdão que deixar de manifestar-se sobre algum ponto questionado na peça recursal, o que não ocorre. O que se vê no presente caso é a tentativa de rediscussão da matéria já apreciada no recurso de agravo, como se demonstrará adiante.

**a) Quanto ao alegado erro material**

Inicialmente, a embargante se insurge contra parte do acórdão que a responsabilizou pelo custeio do Plano telemarprev, alegando erro material no mesmo, posto ser de inteira responsabilidade da patrocinadora, Companhia Telefônica de Pernambuco (sucetida pela Tele Norte Leste Participações S/A), a cobertura atuarial total dos pagamentos previdenciários de todos os membros e/ou beneficiários.

É de bom alvitre trazer à baila parte do acórdão contra a qual se insurge a recorrente, *in verbis*:

"Quando do proferimento da decisão agravada, analisando o conjunto probatório posto no presente recurso e tomando por base as correspondências enviadas pelas administradoras dos planos, cheguei as seguintes conclusões:

- a) Em julho de 2000 a administração dos benefícios dos funcionários da Companhia Telefônica de Pernambuco CTB, denominado Plano de Benefícios PB-CT, foi assumida pela SISTEL - Fundação Sistel de Seguridade Social (fl. 45/46);
- b) Em dezembro de 2002, o PB-CT foi incorporado pela TELEMARPREV, ainda administrados pela SISTEL (fls. 48/49);
- c) Em outubro de 2004, a SISTEL informa a transferência de planos de benefícios para fundações próprias, nos termos do art. 33, IV, da LC 109/2001 (fls. 52/53);
- d) Finalmente, em março de 2005 a Telemar informa a criação de entidade de previdência complementar, denominada FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL e a

29  
1

156

REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. A contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a que se verifica entre proposições do julgado, vale dizer, do julgado com ele mesmo, e não sua eventual incoerência com a lei, com outras decisões ou com tese agitada pela parte. 2. **Sendo por demais evidente, do cotejo entre o voto condutor e a ementa do acórdão, que o julgado embargado não incorreu em qualquer vício de expressão ou de compreensão, mormente nos vícios da omissão e da contradição, posto terem sido apreciados com suficiência, clareza e harmonia os elementos do processo realmente relevantes para suporte do pronunciamento judicial questionado, rejeitam-se declaratórios opostos em mera tentativa de obtenção de nova decisão para a causa, que desta feita atenda à expectativa de êxito frustrada quando do julgamento primitivo.** (TJPE, ED 45300-7/01, Rel. Des. Fernando Ferreira, 1ª Câmara Cível, julgado em 20/05/2008) (grifos acrescidos)

E ainda:

TRIBUTÁRIO - COFINS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO - PROTOCOLO NO CORREIO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

**1. Os declaratórios em questão revelam apenas o inconformismo da parte com o deslinde da causa, que flagrantemente almeja efeitos modificativos, o que não se admite nesta via.**

**2. Os embargos declaratórios têm seu cabimento delineado pela presença dos pressupostos legais arrolados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão a que se embarga, não há como prosperar a irresignação, pois tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes.**(omissão)

(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 919580 / RJ, Relator: Ministro HUMBERTO

MARTINS, data de julgamento: 12/08/2008, STJ)

Portanto, a pretensão de revisão do julgado, em manifesto propósito infringente, revela-se inadmissível em sede de embargos, não merecendo prosperar a irresignação da embargante.

### c) Quanto à intenção de prequestionamento

Por fim, a embargante alega a omissão no acórdão recorrido, pois este não se pronunciou expressamente sobre o inciso XXXVI, do art. 5º e inciso XXVI, do art. 7º, da CF/88, o art. 4º, inciso I, alínea "a", e §1º, da Lei nº 6.435/77, art. 31, §1º, da Lei Complementar nº 109/01, bem como sobre o Regulamento da Fundação Atlântico, pretendendo o prequestionamento da matéria.

Não há plausibilidade para a alegação da Fundação, isto porque a falta de indicação de dispositivos legais não caracteriza omissão, sendo a decisão da forma em que se encontra suficiente para caracterizar a efetiva apreciação do feito e o prequestionamento da matéria.

O STJ, inclusive, tem posicionamento reiterado nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PRESENÇA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE

8

transferência do plano TELEMAR PREV para a nova FUNDAÇÃO (fl. 59)."

157

Pela análise das próprias razões da recorrente, percebe-se que ela denominou de "erro material" a parte da decisão contrária aos seus interesses, demonstrando apenas sua insatisfação com os termos do julgado, requerendo sua reforma.

**b) Quanto à omissão no que tange à irretroatividade do CDC**

Em sequência, sustenta a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao presente caso, pois este é posterior ao Acordo Coletivo celebrado entre a Companhia Telefônica de Pernambuco e o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Telefônicas do Recife. Assim, defende a irretroatividade da lei nº 8.078/90 e a violação ao art. 5º, inciso XXXVI, da CF, ferindo o ato jurídico perfeito, no caso de aplicação daquela.

Dessa forma, compulsando as razões acima esposadas, resta claro apenas o inconformismo da Fundação Atlântico, sem demonstrar nenhum dos vícios ensejadores dos embargos de declaração, no acórdão recorrido.

Desse modo, percebe-se que a recorrente opôs os aclaratórios pleiteando, apenas, a reforma do julgado, conduta vedada em sede de embargos.

Ora, se a embargante não se conforma com os termos do julgado, deve manejar o recurso de reforma cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

Nesse sentido, tem-se pronunciado este Tribunal de Justiça, como se verifica do aresto adiante, da relatoria do Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão:

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÕES CÍVEIS - IMPROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELO BANCO E PROVIMENTO DO APELO DA PARTE ADVERSA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - REJEIÇÃO - DECISÃO INDISCREPANTE. **É impossível, em sede de aclaratórios, revisitar questão já analisada e rejeitada em julgamento anterior; Os embargos de declaração destinam-se a desfazer obscuridades, afastar contradições e a suprir omissões que se registrem, porventura, no acórdão, revelando-se incabíveis quando inexistentes os vícios que dão azo a constituição dos pressupostos de embargabilidade** (CPC, art. 535). (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Embargos de Declaração 141895-7/01, 3ª Câmara Cível, Relator: Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão).

Nesses termos é o entendimento dominante, também, no STJ, verificado nos seguintes julgados:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. EXPRESSO DESIDERATO DE MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. DESCABIMENTO. EMBARGOS

DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** RECURSO ADESIVO. AUSÊNCIA DE MENÇÃO AO ART. 500 DO CPC. RAZÕES RECURSAIS QUE EXPRESSAM A INTENÇÃO DE RECORRER DE FORMA ADESIVA. CONHECIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. EXCLUSÃO DA PENALIDADE IMPOSTA.

1. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, **admite-se o prequestionamento implícito**, para fins de conhecimento do recurso especial interposto pela alínea a do permissivo constitucional, **quando as questões debatidas no recurso especial tenham sido decididas no acórdão recorrido, ainda que sem a explícita indicação dos dispositivos de lei que o fundamentaram.**

2. Na hipótese dos autos, configurado está o prequestionamento implícito do tema referente à infringência ao art. 500 do CPC, porquanto a questão referente à tempestividade do recurso adesivo foi o ponto central para o não conhecimento da apelação.

(EDcl no REsp 691.653/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 07/04/2009)(grifos)

E mais:

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE OFÍCIO - RETENÇÕES INDEVIDAS - IMPOSSIBILIDADE - PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO - POSSIBILIDADE.

1. **O prequestionamento é o enfrentamento de questão jurídica pela Corte regional sem a necessidade de expressa alusão à norma jurídica aplicada.**

2. É ilegal a conduta da Administração tributária que procede à compensação de ofício de créditos do contribuinte, decorrentes de indevidas retenções em proventos de aposentadoria especial de anistiado com débitos do mesmo contribuinte, sem sua anuência.

3. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 948.361/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 25/03/2009)(grifos)

Assim sendo, a matéria já se encontra enfrentada, pois a decisão abordou todas as questões postas em debate, mesmo sem expressa indicação dos dispositivos legais que lhe serviram de fundamento.

Em face do exposto, **REJEITO** os presentes embargos de declaração, mantendo o acórdão vergastado pelos seus próprios termos.

É como voto.

Recife, 11/12/09

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
DESEMBARGADOR RELATOR